

PARA SEMPRE, MEMÓRIA

Odete Dourado*

RESUMO

Procura tratar a questão da memória do ponto de vista ontológico enquanto elemento de reconhecimento e afirmação do ser humano por si próprio. Examina sucintamente o projeto moderno enquanto tentativa deliberada de ruptura com o passado e suas consequências.

O tema da memória é subjacente à própria condição humana, à medida que suas raízes se fundam nas necessidades de autoconservação e no medo. O impulso à autoconservação nasce do medo mítico da perda do próprio eu, medo da morte e da destruição.

Ser nascido para a morte, não dotado de onipresença e onisciência, o homem se afirma e se reconhece como tal, enquanto conserva a sua memória e, nela, a possibilidade de manter e transmitir a tradição, transcendendo a morte através da cultura. Primeira das ciências humanas, tão velha quanto a própria memória humana, no dizer de Foucault, a História exerceu na cultura ocidental, desde a Grécia Antiga, a função de mantenedora da memória e do mito, transmissora da palavra e do exemplo, veículo da

* Arquiteta, Professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

tradição. Essa História, até então unilinear, dita pré-moderna, caracteriza-se por uma concepção de tempo *continuum*. O tempo dos homens era regulado pelo **dever** do mundo, visto através da cronologia humana¹.

Tal era a postura, por exemplo, dos tratadistas: a descrição e o levantamento das formas antigas, ao tempo que permitiam uma certa continuidade formal, deixavam margem para pequenas acomodações "*quando a vida se tornava prisioneira de formas precisas*"².

Esse fluir contínuo, entretanto, é rompido com o Iluminismo, quando a razão, colocada a serviço do conhecimento e como antídoto do medo, propõe-se a liberar os homens da ignorância, das superstições e do obscurantismo. A ciência é tomada como paradigma do saber.

A Revolução Francesa dá-nos o modelo e o exemplo mais dramático de uma nova concepção da História. Como credo religioso, considera o homem de forma abstrata para além das sociedades particulares. A História passa a ser vista como a história do progresso da razão, irresistível e necessário em direção às luzes.

Liga-se à perspectiva iluminista a idéia de que a ignorância e as superstições são mantidas pelo poder de forma difusa entre os oprimidos, no sentido de dominar suas consciências. A emancipação intelectual torna-se emancipação política e a memória, então associada ao obscurantismo, é substituída

pelo esquecimento. Aquilo que é aniquilado sem retorno deixa o campo livre para um começo. A consciência revoltada quer começar por um ato rápido e decisivo de destruição a partir do qual resplandecerá um novo dia³. É o instante zero de uma nova era, a Era Moderna.

Na gênese do projeto moderno está a renegação do passado, a ordem racional da cultura, a idéia de um progresso ilimitado, fundado no desenvolvimento cumulativo da indústria, da tecnologia, enfim, do conhecimento científico como veículo capaz de conduzir a humanidade à liberdade e à paz social.

Paradoxalmente, para mencionar apenas dois dos inúmeros aspectos contraditórios da modernidade, falar em conhecimento científico tem significado para o homem moderno falar também em violência, destruição e morte. Visceralmente vinculado às exigências do processo bélico, o saber científico é o sustentáculo da demanda de guerra.

Por outro lado, esse saber científico, cada vez mais especializado e analítico, para se auto-realizar necessita da fragmentação do seu objeto de estudo, que passa a ser substituído por um modelo abstrato. Vale dizer, para produzir conhecimento, para alcançar a verdade científica, a ciência moderna "mata" o próprio objeto do conhecimento, e a razão, tomada como caminho único e luminoso, capaz de conduzir a Eros, mostra ser também a via que leva a Thanatos.

Acuado, preso nas próprias cadeias por ele criada, RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 65-74, 1989

das, esse homem tenta retomar as questões metafísicas, o questionamento do sentido de ser, reemergindo então o tema da memória enquanto impulso à autoconservação. Para o homem pós-moderno o conceito de memória se confunde com o conceito mesmo de imaginário, entendido não como fantasia ou negação da dimensão material da história, mas enquanto conjunto de imagens que cada sociedade adota nas suas representações⁴. Para Walter Benjamin, História no sentido estrito é o esforço de recuperação da experiência do passado contra um mundo que a reduz a um presente sem passado. Passado ritualizado no presente⁵.

O momento histórico em que surge o tema do imaginário é também o momento em que a historiografia reconhece o próprio imaginário. Ou seja, não se acorda de um sonho, mas acorda-se para um sonho, para citar Freud, um dos monstros da modernidade.

É interessante notar que a cultura iluminista, fundamentada na razão e na ruptura com o passado, é a mesma a lançar as bases da preservação dos monumentos históricos. Passado e presente desarticulados passam a fazer parte de mundos totalmente distintos. A obra do passado passa a ser vista como fato concluído, limitado num determinado tempo e lugar, não mais capaz de sofrer ulteriores redefinições figurativas.

Nascem na França pós-revolucionária os primeiros inventários do patrimônio monumental, as primeiras tentativas de teorização no campo do restauro, as primeiras leis relativas à preservação. A mesma RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 65-74, 1989

cultura que se propõe a esquecer o passado conscientemente toma a si a tarefa de preservar os edifícios que de alguma forma representam esse passado⁶. A proposição é paradoxal somente em aparência, se se leva em conta a conceituação de memória, por exemplo, em Proust.

Na sua obra fundamental, *Em busca do tempo perdido*, obra de toda uma vida segundo ele próprio, Proust tenta salvar a vida e as sensações da voracidade do tempo. Para alcançar o seu objetivo ele se apóia na memória, não naquela que coleciona mais do que unifica e que, uma vez evocada, devolve-nos um amontoado de fragmentos esparsos.

Proust, como Bergson, distingue dois tipos de memória: a memória voluntária - que diz respeito à consciência e que pertence, portanto, à inteligência, oferecendo-nos aspectos falsos do passado, porquanto fragmentados e esparsos - e a memória dita involuntária - que se forma no inconsciente pela atração que um momento exerce sobre o outro, permanecendo aí submersa até que um pequeno elo de similaridade entre o passado e o presente desencadeie uma explosão capaz de trazer ao presente todo um segmento de eventos contíguos.

A deflagração da memória involuntária não nos faz reviver o passado enquanto tal, mas oferece-nos a realidade em toda a sua inteireza: o passado em toda a sua forma e solidez restaurado no presente. Emergindo da memória involuntária, somente as imagens entendidas como representação de um complexo emocional e intelectual num determinado instante

do tempo, e somente elas, trazem para Proust o selo da autenticidade. Nada daquilo que não tivemos de elucidar para nós próprios, nada do que estava claro antes de aparecermos pertence-nos de fato, se nós nem ao menos sabemos que é real, diz Proust.

A memória involuntária, por ser inconsciente, é a instância que conserva o passado de maneira durável, enquanto que a consciência, através da qual todas as impressões são introduzidas nas camadas mais profundas do inconsciente, preserva lembranças, sendo estas o verdadeiro esquecimento. O inconsciente é, portanto, o lócus da memória, enquanto que o lugar do esquecimento é a consciência.

Não é estranho, pois, pensar que a mesma cultura que gestou a modernidade tenha ela própria nutrido as primeiras experiências no campo da preservação dos monumentos históricos. De fato, só pode ser lembrado aquilo que foi previamente esquecido. A institucionalização da preservação do patrimônio cultural, tal como é sentido pela modernidade, diz respeito mais ao esquecimento que lhe é genético do que propriamente à memória que lhe é estranha.

A perplexidade do homem moderno ao se defrontar com o seu próprio esquecimento poderá ser bem ilustrada com um exemplo retirado da obra de Italo Calvino, *Le città invisibili* na parábola de Zora⁷, a cidade inesquecível que, para melhor ser lembrada, quis permanecer igual a si própria: "Para além dos seis rios e das três cadeias de montanhas surge Zora, cidade que quem a viu uma vez nunca mais a esquece. Não que ela deixe nas recordações, RUA, Salvador, v.2, n.3, p.65-74, 1989

como outras cidades memoráveis, uma imagem fora do comum. Embora não mostre beleza ou raridades particulares, Zora tem a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto, na sucessão das suas ruas, e das suas casas ao longo das ruas, e das portas e das janelas nas casas. O seu segredo está no modo com que o olhar percorre figuras que se sucedem como em uma partitura musical, na qual não se pode trocar ou mudar nenhuma nota. O homem que tem gravado na memória como Zora é composta, à noite quando insone, imagina-se caminhando por suas ruas e recorda a ordem em que se sucedem o relógio de cobre, a banca listrada do barbeiro, o repuxo com seus nove jatos, a torre de vidro do astrônomo, a casinha do vendedor de melancias, a estátua do eremita e do leão, o banho turco, o café da esquina, a travessa que vai dar no porto. Essa cidade que não se apaga da mente é como uma retícula em cujas envasaduras as pessoas podem dispor as coisas que querem recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações. Entre cada noção e cada ponto do itinerário poderão estabelecer um elo de afinidade ou de contraste que sirva de elemento deflagrador da memória. De tal forma que os homens mais sábios do mundo são aqueles que guardam Zora na mente.

Porém, inutilmente, viajei para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e igual a si própria para melhor ser recordada Zora se esvaiu, se desfez e desapareceu.

A Terra a esqueceu".

RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 65-74, 1989

NOTAS

1. Foucault, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p.384.
2. Rossi, Aldo. Autobiografia científica. Barcelona: Gustavo Gili, 1984, p.10. A avidez pela novidade absoluta, juntamente com a convicção de que a inovação como tal é algo por si só desejável, são características marcantes do mundo em que vivemos, estranhas até o século XVII, quando a rejeição de toda a tradição torna-se comum. Sobre o assunto, ver Arendt, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983. p.260-269.
3. Starobinski, Jean. 1789, os emblemas da razão. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.38-52.
4. Ribeiro, Renato Janine. "Moda" histórica revive narrativa e cria objetos. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 nov. 1988. Livros, H-1. Nesse artigo o autor examina sucintamente os novos caminhos apontados pela historiografia contemporânea nos últimos 20 anos, quais sejam a recuperação do relato dos fatos, condenado pelas mais importantes correntes modernas (marxismo, estruturalismo, semiótica, etc.) e o interesse por temas que até então não eram merecedores de atenção por parte dos historiadores: sexo, cozinha, amor filial, bruxaria, etc. Para essa "nova" história, que dá ênfase à eficácia do simbólico, o factual não interessa tanto enquanto fato, mas por aquilo que revela, porque o social é pensado a partir da idéia ampla de cultura. Aí são contempladas, por exemplo, a

antropologia, as teorias freudianas do ato falho, do sonho, etc. "Muda, nesse história, o papel do imaginário. As formas mentais não são mais medidas pela realidade material e elas externas mas elas próprias se entendem como parte da realidade, como local de luta, e não mero decalque, efeito ou repercussão passiva de tensões cuja cena está fora dela. O histórico está em toda a parte". Id., *ibid.*

5. Benjamin, Walter, Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.
6. No Brasil o fenômeno se repete: em 1936, como Diretor do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, Mário de Andrade redige o anteprojeto que veio a servir de base à criação, no ano seguinte, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mário, por essa época, já realizava o primeiro inventário brasileiro.
7. Calvino, Italo, Le città invisibili. In: _____. La città e la memoria. Torino: Einaudi, 1972. p. 23-24. O romance, em forma de parábola, surpreende o grande imperador Kublai Kan no momento em que, superado o orgulho pelas terras conquistadas, ele se dá conta de que pela amplitude e diversidade de seus domínios, lhe será negado o conhecimento do seu próprio império. É nesse momento que Kublai Kan solicita a um visionário, Marco Polo, que lhe faça o relato das suas viagens por estranhas cidades que não se encontram nos mapas cartográficos e nem se sabe a que época pertencem. E as descrições dessas

ciudades de mil e uma noites vão-se sucedendo num lento transmutar-se, até nos surpreendermos em meio às megalópoles contemporâneas. No relato de Zora, como nos de Diomira, Isidora, Zaira e Maurilia, o tema da memória é explícito.